

Waldemir Barreto/Agência Senado

CORREIO POLÍTICO

Kayo Magalhaes/Câmara dos Deputados



José Rocha faria o mesmo que denuncia

Briga de cachorro grande no orçamento

A investigação movida por determinação do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Flávio Dino sobre irregularidades na destinação das emendas orçamentárias virou briga de cachorro grande entre o ex-presidente da Câmara Arthur Lira (PP-AL) e o deputado José Rocha (União Brasil-BA). A Petição 14.949 de Flávio Dino, que embasou a operação da semana passada, tem como um dos seus principais pontos um depoimento do deputado José Rocha (União Brasil-BA), ex-presidente da Comissão de Integração Nacional da Câmara dos Deputados, no qual ele diz que recebera na época uma planilha com indicações de uma assessora, Mariângela Fialek, conhecida como Tuca, para basear a destinação de R\$ 1,1 bilhão.

Dinheiro para Alagoas e Bahia

Desse valor, diz ele, R\$ 320 milhões seriam para Alagoas. Tuca seria uma assessora do alagoano Arthur Lira (PP), ex-presidente da Câmara. Agora, Arthur Lira rebate que Rocha é quem teria, sozinho, destinado R\$ 152 milhões, sendo R\$ 88 milhões para municípios da Bahia para beneficiar os seus redutos eleitorais. As informações sobre Rocha foram publicadas por Andreza Mathais, em sua coluna no portal Metrôpoles.

Lula Marques/Agência Brasil



Lira nega as irregularidades no orçamento

Decisão de Rocha teria sido unilateral

De acordo com a denúncia, a decisão de José Rocha na destinação dos R\$ 152 milhões teria sido unilateral, sem qualquer consulta a outros líderes de partido e outras autoridades da Câmara. E essa ação de Rocha teria sido percebida por Tuca. Arthur Lira, então, teria acionado o governo para desfazer a operação. Mesmo assim, segundo a denúncia, o então presidente da Comissão de Integração Nacional teria conseguido garantir o direcionamento de R\$ 53 milhões, que teria ficado, em 2024, em torno de R\$ 11 milhões.

Quem paga é o governo federal

Na quinta-feira (18), Lira tratou de espalhar a denúncia feita contra José Rocha. No mínimo, Rocha faria o mesmo que acusa Lira de fazer. O ex-presidente da Câmara, porém, afirma que não. Afirma que a distribuição dos recursos orçamentários teria sempre procurado atender todos os parlamentares, de todos os partidos. E que, ao final, quem paga os valores é o governo federal.

POR
RUDOLFO LAGO

Irregularidades

Assim, se na ponta final acontecem irregularidades, se o dinheiro destinado não vai efetivamente parar na obra, se desaparece por algum ralo, não necessariamente, na concepção de Lira, se deve responsabilizar quem destinou o recurso orçamentário. A não ser que efetivamente haja alguma acusação.

Criminalização

No final, argumenta, quando se acusa o processo orçamentário, isso faria parte de uma retórica de “criminalização da política”. Bem, nem tudo no caso é assim tão simples. O que hoje se critica é a falta de transparência do processo orçamentário. Em boa parte dos casos, como já reiterou Flávio Dino algumas vezes.

titulo notas

Dino aponta que “não há transparência nem rastreabilidade” em muitos processos. Traduzindo: os mecanismos de controle muitas vezes não conseguem saber quem destinou o recurso, para qual estado e município o recurso foi destinado e o que se pretendia fazer. É o cerne do “orçamento secreto”.

titulo notas

No caso da petição de Dino, o que ele aponta, a partir dos depoimentos de José Rocha e também dos deputados Glauber Braga (Psol-RJ), Fernando Marangoni (União Brasil-SP), Adriana Ventura (Novo-SP), Dr. Francisco (PT-PI), do senador Cleitinho (PL-MG) e da servidora Elza Carneiro, o que ele aponta é controle da destinação de Lira.

Salinha

A distribuição dos recursos se concentraria em uma tal “Salinha do Orçamento”, que foi alvo da operação de busca e apreensão da semana passada, na qual Tuca faria a distribuição dos recursos a partir da orientação de Arthur Lira. Orientação que, nos depoimentos, beneficiaria Lira e seus redutos eleitorais.

Rio Largo

O relatório centra parte das denúncias no que teria havido no município de Rio Largo (AL), a 27 quilômetros de Maceió. Uma cidade de cerca de 70 mil habitantes que teria recebido, entre 2019 e 2022, mais de R\$ 90 milhões de recursos de emendas orçamentárias. Enfim, tudo vai virando chumbo trocado.



Weverton, diz a acusação, seria “sócio oculto” do esquema

PF prende nº 2 do Ministério da Previdência

Operação apontou ainda para o senador Weverton Rocha

Gabriela Gallo

A Polícia Federal (PF) deflagrou, nesta quinta-feira (18), a segunda fase da Operação Sem Desconto, que investiga os desvios ilegais de recursos de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

Nessa fase da operação, foi decretada a prisão domiciliar do secretário-executivo do Ministério da Previdência Social, Adroaldo da Cunha Portal.

No mesmo dia, o ministro da Previdência, Wolney Queiroz, determinou a exoneração de Adroaldo do cargo.

No lugar dele entrou o procurador federal Felipe Cavalcante e Silva, atual consultor jurídico do ministério. A Operação foi realizada pela PF em conjunto com a Controladoria-Geral da União (CGU) e teve o aval do Supremo Tribunal Federal (STF).

Outro alvo da operação foi o vice-líder do governo no Senado, Weverton Rocha (PDT-MA), apontado como um “sócio oculto” do esquema de desvios e que também estaria vinculado a Adroaldo Portal, segundo as investigações.

“O Senador Weverton teria, segundo a peça de representação da Polícia Federal, atuado: como beneficiário final (“sócio oculto”) de operações financeiras estruturadas pela organização criminosa, recebendo recursos ou be-

nefícios por meio de interpostas pessoas, alguns seus assessores parlamentares”, declarou o ministro do STF André Mendonça, relator do processo na Corte, em sua decisão sobre o caso.

A PF solicitou a prisão preventiva do parlamentar, mas o Ministério Público Federal (MPF) negou o pedido. O ministro André Mendonça autorizou os mandados de busca e apreensão na casa do senador, mas acatou o pedido do MPF em não autorizar a prisão.

Outro lado

Em nota divulgada, Weverton reiterou que confia “plenamente nas instituições e no Estado Democrático de Direito, reafirmando (...) respeito ao trabalho da Procuradoria-Geral da República e do Supremo Tribunal Federal”.

“Ressalto que a decisão da Corte é clara ao reconhecer a ausência de provas que me vinculem a práticas ilícitas ou ao recebimento de recursos irregulares”, declarou o senador.

“Relações profissionais de terceiros não podem ser usadas para me imputar responsabilidade sem fatos concretos”, continuou.

“Sigo exercendo meu mandato com serenidade e colaborando para o esclarecimento dos fatos, certo de que a verdade prevalecerá e minha inocência será plenamente reconhecida”, completou Weverton Rocha.